



1 **ATA 187**

2 Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, por videoconferência e híbrido na
3 Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família - SAS, às treze horas e trinta
4 minutos, reuniram-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, os Intérpretes de
5 Libras: Diego Ferreira dos Santos e Tamyres dos Santos Martins Nepomuceno, cedidos
6 pela ICOM agenda AME de São Paulo; os convidados: Francisco Faganello (Filmes que
7 voam); Adeterson David dos Passos Crispim (Comissão PCD Alesc). Com a participação
8 dos conselheiros titulares e suplentes: Beatriz Andrade (SAS), Sabrina Mores (SAS),
9 Francini Mylena dos Santos (SAS), Jane Cristina Sombrio Gesser (SEA), Márcia Mayza
10 Leite Buss (SED), Jean Abílio Silva (SSP), Sabrina Vieira da Luz (SES), Claudio Luiz
11 Andrade (SSP), André Luiz Justo (SIE), Maria Aparecida Cravo Silveira (Fesporte) Juliana
12 Paula Buratto dos Santos Pereira (FCEE), Giselle Cristina de Lima Pagani (Apar), Anselmo
13 Alves (Apar), Jucilene da Paixão Moraes Homem (Apar), Paulo Sérgio Suldóvski (Ajidevi),
14 Alvacir Paulo da Silva (Fecec), Sandra Lúcia Amorim (Asgf), Kelly Cristina de Aguiar (Asgf),
15 Franciane Renata Panassolo Lodi (FEAPAEs), Mariane Vicente de Azevedo (Apabb),
16 Janice Aparecida Steidel Krasniak (AAD), Jairton Fabeni Domingos (Comped Navegantes).
17 Ausências Justificadas: Fabiani Cabral Lima (SAS), Sandro Martins de Souza (SAS). 1-
18 Abertura / apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental. O
19 Presidente Paulo dá boas vindas a todos desejando uma boa reunião, começando em
20 agradecimento aos Intérpretes cedidos pela Icom – Ame São Paulo. 2- Leitura e aprovação
21 da pauta. O Presidente Paulo solicita que o Secretário Alexandre faça a leitura da pauta, e
22 o mesmo solicitou inserir o Ad referendium do projeto de lei da ALESC nº 0357/22 e a
23 resposta do Conselho Tutelar de Florianópolis de ofício encaminhado pelo Conede, na qual
24 foram aprovados. 3- Aprovação das justificativas dos Conselheiros ausentes. O Secretário
25 Alexandre faz a leitura das justificativas, e todas foram aprovadas. 4- Aprovação da Ata
26 186. O Presidente Paulo pergunta se todos receberam a Ata da reunião passada e a Ata
27 foi aprovada por unanimidade. 5- Convidado: Chico Faganello – Produtora: filmes que
28 voam. O Presidente Paulo passa a palavra ao convidado Chico Faganello para que possa
29 fazer o uso da palavra, ele é especialista em acessibilidade na área da comunicação áudio
30 visual. Chico Faganello agradece a oportunidade de participar da reunião do Conselho
31 Estadual, fala que é muito importante à participação diversa e múltipla, construir no
32 coletivo. Sou profissional de comunicação e o que trouxe para este Conselho, são
33 sugestões de encaminhamentos sobre a acessibilidade áudio visuais, nos meios de
34 comunicação e sites para pessoas cegas, surdas, autistas e outras deficiências terem
35 acesso pleno. Participamos de um curso grande de áudio visual promovido pelo BRDE e
36 Ancine que teve como objetivo levar acessibilidade para cadeia produtiva do áudio visual.
37 Eu elaborei três sugestões na qual vou passar para apreciação a vocês para poderem
38 deliberar. São propostas simples e fáceis de aplicar, e que não envolvem muitos recursos
39 para por em prática. 1) sites e portais dos governos, federal, estadual, municipal,
40 autarquias, assembleias e câmaras, entre outros, como a maior parte dos web sites da
41 iniciativa privada, governo não são acessíveis – não porque não podem ser,
42 mas simplesmente porque ninguém se preocupou em programá-los para isso com
43 protocolos, conhecimentos e ferramentas atuais. Se Todos os ministérios, autarquias e de
44 toda a estrutura de governo da sociedade programarem adequadamente a sua
45 comunicação, a acessibilidade vai funcionar com baixos custos, que serão de cada
46 site/ministério, porque já existe tecnologia, profissionais e conhecimento. Isso é lei há
47 bastante tempo e o próprio governo tem que dar o exemplo. Basta ler a Convenção
48 Internacional Sobre as Pessoas com Deficiência, da Unesco, da qual o Brasil é signatário,



49 e o artigo 9 do Decreto 6.949, que determina que as empresas brasileiras devem oferecer
50 “às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais
51 pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas
52 e tecnologias da informação e comunicação”. Ou ainda o Artigo 63 da Lei 13.146 de 2015:
53 “É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou
54 representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com
55 deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores
56 práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.” Se o governo cumprir
57 a lei nos seus sites e serviços, e na comunicação institucional, vai gerar um efeito
58 sistêmico. Toda a sociedade aprende e se beneficia. Repetimos: existem protocolos,
59 tecnologias consolidados, e não praticar a acessibilidade nos ambientes eletrônicos do
60 governo – e de todos os outros – não faz sentido. 2) Notamos que muitos profissionais das
61 áreas de comunicação, educação, entretenimento, turismo, tecnologia da informação, entre
62 outras, não conhece acessibilidade simplesmente porque não estudaram isso. Então é
63 necessário um conceito transversal para tratar do assunto: a acessibilidade tem que estar
64 em Todos os cursos superiores para que os formandos saibam que isso existe e precisa
65 ser feito. Com pequenas lições básicas de um semestre, um enorme caminho será
66 percorrido e o ensino da acessibilidade não vai ficar restrito a uma disciplina específica, ou
67 a um gueto, como é atualmente, e será parte do mundo de interações humanas em todas
68 as áreas da academia. A acessibilidade tem que sair do gueto na academia e entrar em
69 Todos os cursos. Por isso, a Secretaria poderia iniciar com o Ministério da Educação uma
70 maneira de executar esta tarefa, de diferentes maneiras e tempos, mas é urgente mudar a
71 mentalidade de deixar a acessibilidade só num canto ou departamento. Tem que estar em
72 todas as partes dentro de uma academia. É inadmissível que hoje em dia, com as
73 ferramentas, conhecimento e tecnologias existentes, as videoaulas de Todas as
74 universidades não sejam acessíveis. Com frequência a sociedade debate sobre geração de
75 emprego para pessoas com deficiência e neste caso é necessária ser muito direto: como
76 esperam as empresas e o governo que as PCD's tenham emprego se raríssimas
77 universidades têm cursos – qualquer curso, de enfermagem, gastronomia, engenharia,
78 sociologia – com conteúdos acessíveis? Como eles esperam que uma pessoa cega ou
79 surda consiga emprego se não se formou porque não tem cursos cujos conteúdos não têm
80 simples traduções acessíveis? Qual empresário/industrial vai contratar uma pessoa sem
81 formação adequada? Então é mais do que necessário a Secretaria exija que os cursos
82 acadêmicos de qualquer instituição sejam acessíveis. Sobretudo nas videoaulas porque,
83 repito, já existem tecnologias, conhecimento e profissionais para isso, que não é feito por
84 falta de empatia ou exigência do Ministério ou do Ministério Público para o cumprimento
85 das leis supracitadas. E com a expansão, a acessibilidade vai se tornar mais econômica e
86 popular. 3) A Ancine – Agência Nacional do Cinema – já tem o OCA – Observatório
87 Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, que monitora diferentes setores, como TV,
88 Recursos Públicos, Mercados, Publicações e outras áreas. Seria muito útil que tivessem
89 também, sempre com a presença de pessoas com diversidade sensorial, um observatório
90 de acessibilidade audiovisual e comunicacional, para saber por quais razões a
91 acessibilidade é tímida ou inexistente nos mercados audiovisual, de educação e
92 comunicação no Brasil, uma vez que hoje já é plenamente possível. O Presidente Paulo
93 agradece a participação do Chico Faganello e solicita se algum Conselheiro quiser se
94 manifestar. O Conselheiro Anselmo relata que a acessibilidade comunicacional é uma
95 bandeira antiga, na ordem dos advogados, tivemos embate com o tribunal de justiça,
96 denúncias de colegas surdos, baixa visão pelo processo eletrônico, e outras denúncias que



97 aparecem na OAB, pela falta de acessibilidade comunicacional, o Conede precisa bater
98 forte nesta pauta, estou plenamente de acordo com a palavra do convidado Chico. O
99 Convidado Chico fala que o MP é pouco assertivo nessa pauta, falta mais empenho,
100 precisa entrar um pouco mais e indiferente a suplicas de não dá. A Conselheira Juliana
101 contribui que no site da Fundação Catarinense de Educação Especial vai colocar a
102 disposição, um manual com tudo sobre a acessibilidade comucacional. O Presidente Paulo
103 solicita para que a Conselheira da FCEE disponibilize para o Conede, esse manual de
104 acessibilidade para que possamos compartilhar e divulgar nas nossas redes. A Conselheira
105 Sandra relata que concorda com que tudo foi falado, e quer chamar atenção no Conselho
106 entre a área governamental e não governamental, temos que andar juntos, mas a área
107 pública não da conta de todas as atividades e temos várias Entidades que podem estar
108 recebendo recursos para fazer todos os atendimentos, por uma questão social. O
109 Presidente Paulo relata que já temos as três propostas do Chico Faganello fez a este
110 Conselho para deliberação e eu consulto aos Conselheiros se tem alguma manifestação
111 em contrário ou abstenção. Sugiro que mande para o MPSC, para o CONADE, na proposta
112 numero um, na segunda proposta para a SED e MEC, e na terceira proposta fazer uma
113 carta aberta para a criação do observatório. Na qual foi aprovado por unanimidade. 6-
114 Composição da comissão para a V Conferência da Pessoa com Deficiência. O Presidente
115 Paulo se coloca a disposição para fazer parte, a Conselheira Sabrina Mores também se
116 coloca a disposição, o Conselheiro Jairton Fabeni também se manifesta para participar da
117 comissão e a Juliana Buratto. O Secretário Alexandre também participa da comissão e de
118 suplentes ficam a Conselheira Janice Krasniak e o Conselheiro Anselmo Alves. Será criado
119 um grupo de whatsapp para essa Comissão. 7- Leis nº 18.627/2023 – Acompanhamento
120 de Intérprete de Libras durante o trabalho de parto. O Conselheiro Jairton Fabeni, fala que
121 essa pauta veio dos Conselhos Municipais, pois são criadas leis para pessoas com
122 Deficiência e a sociedade civil nunca é consultada, os projetos de lei são feitos, depois de
123 criado, mandam para o Conede e nada sobre nós, sem nos. Fizeram agora a Lei que a
124 Surda no momento do Parto, pode contratar um interprete de libras e para as Pessoas que
125 não podem contratar um interprete? Essa é a reclamação dos Conselhos Municipais,
126 referente esta lei, e pedem que façam uma alteração nessa Lei. O Presidente Paulo
127 acredita que o legislador não pode criar uma lei que gere custos para o executivo, acredito
128 que o detalhe seja isso, seria rejeitado na origem, mas temos que cobrar de quem será
129 custeado esse profissional. A Conselheira Sandra relata que houve uma surda que ficou o
130 dia todo na unidade de saúde, e tiveram muitas dificuldades, pois não tinham interpretes de
131 libras, essa falta de profissional fica muito difícil à comunicação. A Conselheira Jane relata
132 que em todos os locais é importante ter o profissional de interprete de libras, em cada
133 unidade de saúde, por exemplo, pois sempre precisa da comunicação com a pessoa surda
134 que precisa de interprete de libras. O Presidente Paulo fala que como já é lei, não resta
135 outro caminho, do que questionar o Governo Estadual, sobre esse profissional interprete de
136 libras no parto, para as mulheres surdas que não tem condições de pagar esse profissional.
137 A Conselheira Janice relata que existem as centrais de interpretes de libras e que acredita
138 que podem fazer esse tipo de atendimento. O Presidente Paulo fala que a lei é para
139 garantir a presença do interprete de libras no momento do parto para as mães surdas. A
140 Conselheira Sandra relata que a Associação não participou desse projeto de lei, não foi
141 consultada. O Presidente Paulo sugere de enviar para a Secretaria de Saúde, um
142 questionamento sobre as mulheres no momento do parto que não podem pagar por esse
143 profissional, quem vai custear. A Conselheira Kelly fala que há preocupação sobre quem
144 não consegue custear esse profissional no momento do parto. Existe no código civil, nos



145 temos a questão do interprete, quando a pessoa não consegue custear, a lei não ampara
146 essa garantia, a lei precisa fazer algumas arestas, deixa falhas no cumprimento dela,
147 entendo que o Conede pode se posicionar. O Presidente Paulo delibera com os
148 Conselheiros para encaminhar um ofício a Secretaria da Saúde, e foi aprovado. 8-
149 Atendimento médico nas perícias do INSS – Intérprete de Libras. O Presidente Paulo relata
150 que é um assunto nacional, que o Presidente do Conselho Municipal de Blumenau, trouxe
151 essa pauta, os médicos na perícia do INSS não estão aceitando os interpretes entrem junto
152 com a pessoa surda no momento do atendimento. O Conselheiro Jairton Fabeni trouxe
153 essa pauta a pedido dos Conselhos Municipais e sugere enviar a Secretaria Nacional da
154 Pessoa com Deficiência, Conade e Ministério da Previdência. A Conselheira Kelly relata
155 que pelo código de ética dos médicos, eles não podem ter no atendimento da perícia,
156 outras pessoas participando da consulta, precisamos trabalhar para quebrar essa
157 resolução, entendo que o Conselho Nacional de Medicina, uma discussão sobre esse
158 assunto. O Presidente Paulo delibera para enviar ofício ao Conade, a Secretaria Nacional
159 da Pessoa com Deficiência, ao Ministério da Previdência e ao Conselho Federal de
160 Medicina, na qual foi aprovado. 9- IV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais – pré-
161 conferência. O Presidente Paulo fala que esse ano é a conferência municipal, a partir de
162 julho a outubro, ano que vem a estadual e a nacional, a última conferência nacional foi em
163 2016 e a estadual em 2015. O Conede teve três encontros dos conselhos municipais, foi
164 um em Joinville, Itajaí e Blumenau, agora queremos fazer esse encontro com a pré-
165 conferência. O Município de Pinhalzinho se colocou a disposição, mas já declinou de sediar
166 o evento, o Secretário Alexandre coloca no grupo dos Conselhos Municipais terem o prazo
167 até o dia 15 de maio para verificar se algum município tenha disponibilidade de realizar o
168 evento. A nossa ideia é fazer num município que ainda não realizou esse evento e se
169 possível no oeste do Estado. O Secretário Alexandre fala que também neste evento,
170 realizamos uma ordinária do Conede, para que nossa reunião de maneira híbrida seja
171 também itinerante e chegue a outro município de nosso Estado, além da capital. O
172 Presidente Paulo sugere em julho ou agosto deste ano para realizar nosso evento, solicita
173 ao Secretário Alexandre para enviar um e-mail para ver qual Conselho Municipal gostaria
174 de sediar o evento na reunião ordinária de agosto de 2023, até o limite de 15 de maio para
175 se manifestarem. A Conselheira Kelly retoma a pauta 8: Atendimento médico nas perícias
176 do INSS – Intérpretes de Libras. Relata que fez uma busca na internet e verificou que já
177 houve uma resolução no Estado do Paraná, pela liberalidade do Surdo, pois é um assunto
178 nacional, uma recomendação de o médico acatar o que o Surdo decide. 10- Andamento do
179 “ACOLHER” para as Entidades de Pessoa com Deficiência. 11- SC Inclusivo – Projetos
180 para Entidades PCD no Estado de Santa Catarina. O Conselheiro Jairton Fabeni relata que
181 foi um pedido das Entidades de deficiência visual, para que o Conselho solicite a FCEE
182 questionamentos de como estão esses dois projetos do ano passado, em que levaria
183 recursos para Entidades de Pessoas com Deficiência, que fizeram o convênio e estão
184 preocupados, pois esse ano de 2023 ainda não está recebendo os recursos para suas
185 Entidades. Quem deu início a esses dois projeto na Fundação foi a nossa atual Conselheira
186 Janice, se puder me auxiliar aqui na fala, também agradeço. O “Acolher” as Entidades
187 PCD, além da APAE que já recebe o fundo social, essas Entidades fazem seus projetos e
188 recebem aporte financeiro para ajudar nos custeios de manutenção das mesmas. O outro
189 programa é o SC inclusivo que também ajudam as Entidades PCDs a obterem
190 construções, adquirirem veículos para melhor atenderem as Pessoas com Deficiência no
191 Estado, é claro que essas Entidades precisam estar totalmente regularizadas e também
192 precisam fazer as prestações de contas de todo os recursos recebidos pelo Governo do



193 Estado. Então eu gostaria que o Conselho fizesse um pedido de informação para Fundação
194 Catarinense de Educação Especial sobre esses programas, o andamento deles. O
195 Presidente Paulo entende o pedido do Conselheiro, mas também fala que a nova Gestão
196 de Governo ainda somente com cinco meses, ainda está se organizando e tomando
197 conhecimento de todos os programas que existem nos Órgãos, e que em breve devem
198 retomar tudo que estava acontecendo. A Conselheira Janice fala que acredita muito no
199 trabalho da Presidente Jeane da FCEE, porque ela fez parte da gestão anterior, ela era
200 Diretora e estava presente na elaboração destes programas, ela ajudou a analisar as
201 Instituições que foram beneficiadas. Não foi um programa que a Janice criou e sim com
202 toda uma equipe, para que as Instituições que não recebem o fundo social possam ser
203 contempladas nesses programas. Então, agora uma nova gestão, eu acredito que mesmo
204 que tenha um novo nome nos programas, vai ser dada continuidade aos Programas e só
205 receberam as Entidades que estão regularmente credenciadas ao Conselho Estadual de
206 Educação, acredito que é de grande importância a continuidade destes programas, tenho
207 certeza que a Jeane vai se manifestar favorável, para que essas Entidades pequenas
208 possam continuar recebendo esses recursos para estarem fazendo seus trabalhos de
209 qualidade. Seria importante também que esses programas se tornem Lei, para assim como
210 as Apaes tem o fundo social, essas Entidades menores também consigam acessar o seu
211 recurso, independente do Governo que esteja no poder. O Presidente Paulo, delibera para
212 que o Conede envie um ofício solicitando a FCEE para que continuem os repasses para as
213 Entidades que não recebem o fundo social, assim como estavam recebendo no ano
214 passado nos programas para essas Associações que atendem as Pessoas com Deficiência
215 em nosso Estado. Os Conselheiros aprovam, com a rejeição da Conselheira Sandra. 12-
216 Ad referendum: Projeto de Lei nº 0357/2022, que "Assegura à Pessoa com Deficiência o
217 direito de ingressar e permanecer com animal de suporte emocional em
218 locais públicos, em estabelecimentos privados abertos ao público e em meios de
219 transporte ou locais de promoção, proteção e recuperação da saúde nos termos da Lei
220 nº 17.292, de 2017, e estabelece outras providências", oriundo da Comissão de
221 Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
222 (ALESC)". O Secretário Alexandre faz a leitura do Projeto e relata que os Conselheiros do
223 Conede, no grupo foram favoráveis a este Projeto de Lei. O Conselheiro Jairton Fabeni se
224 manifesta que se abstem, diz que não é contra, mas esses cães deveriam ser
225 regulamentado por Escolas ou Instituições para fazerem treinamento a esses cães. O
226 Presidente Paulo, solicita se mais algum Conselheiro se manifesta e o *Ad referendum*, foi
227 aprovado. 13- Resposta do Conselho Tutelar de Florianópolis. O Secretário Alexandre faz
228 a leitura do e-mail recebido do Conselho Tutelar de Florianópolis a um ofício enviado pelo
229 Conede, referente a uma suposta agressão a aluno, criança com Deficiência na Escola no
230 município de Florianópolis: Vimos por meio deste, responder ao Ofício nº
231 039/2022 recebido por este órgão de proteção. Referente a denúncia de suposta violência
232 contra criança com deficiência, informamos que realizamos atendimento junto a família,
233 orientações e encaminhamentos. Ressaltamos ainda que, a Secretaria Estadual de
234 Educação de Santa Catarina- SEE/SC informou que instaurou processo de sindicância
235 investigativa. E também foi enviado Ofício a 18ª Promotoria de Justiça da Capital, para
236 providencias. Sobre outras denúncias de agressões contra crianças com deficiência,
237 realizadas por mães em um grupo de whatsapp, não recebemos estas
238 denúncias/notificações. Sendo que tínhamos para o momento, ficamos a disposição para
239 esclarecimentos – Conselho Tutelar da região Continental. Era essa a resposta. O
240 Conselheiro Anselmo fala que essa resposta é referente a denúncia que trouxe o mês



241 passado ao Conede, acredito que o Ministério Público ter sido acionado e o Conselho
242 Tutelar, é esse mesmo o caminho a ser feito. 14- Deliberação das comissões. O Presidente
243 Paulo pergunta ao Secretário Alexandre se houveram reuniões, e responde que sim, e que
244 o Conselheiro Anselmo é o coordenador da comissão de Atos normativos e também trouxe
245 uma denúncia para comissão de denúncias contra PCD, mas na qual não se reuniu. O
246 Conselheiro Anselmo fala que a comissão de atos normativos se reuniu e ficou decidido
247 que começamos a trabalhar na análise na lei do fundo estadual da Pessoa com Deficiência,
248 fizemos a primeira leitura dos artigos, surgiram algumas dúvidas para serem levantadas e
249 na próxima reunião da comissão iremos continuar e assim que estiver pronta, iremos trazer
250 para a reunião do Conede. E sobre a denúncia, surgiu na comissão PCD da OAB, e creio
251 que nós como Conselho, devemos nos manifestar, dentro do CESUSC, vou fazer um
252 pequeno relato que recebi do aluno que é Estudante de Direito, Autista e escreveram na
253 porta do banheiro PCD do CESUSC a frase “o nome do estudante Lixo” – “Autista de
254 bosta” – “retardados não devem fazer faculdade” e embaixo dessas frases estava o
255 símbolo da suástica. Entendo que extremamente grave essa denúncia, a OAB e CESUSC
256 terão uma reunião amanhã, para deliberar sobre o assunto, mas entendo que nós pelo
257 Conede devemos nos manifestar sobre o fato ocorrido. O Presidente Paulo fala que
258 devemos enviar um documento urgente, uma denúncia muito grave, contra Pessoa com
259 Deficiência e bastante vergonhoso para quem fazer isso, um covarde, que fez escondido
260 esse crime que cometeu contra Pessoa com Deficiência e ainda trazer o símbolo do
261 nazismo. Vamos pedir providências para essa Instituição, elaborando um ofício. Na qual é
262 aprovado. 15- Assuntos Gerais: O Presidente Paulo pede licença para sair da reunião,
263 agradece a participação de todos e os trabalhos continuam com o Vice Presidente. O
264 Conselheiro Jairton Fabeni solicita se alguém se inscreve e não houve inscrições para
265 assuntos gerais. 16- Encerramento: O Vice Presidente Jairton Fabeni agradece aos
266 participantes. E assim sendo dando por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a ata pelo
267 Secretário de Conselho, Alexandre Belino, documento que será enviado aos Conselheiros
268 por e-mail para ser aprovado na próxima reunião e publicado no site da Secretaria de
269 Estado da Assistência Social, Mulher e Família:
270 <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2023-2>.
271 Nossa reunião foi gravada e transmitida ao vivo no canal do youtube do Conede:
272 <https://www.youtube.com/watch?v=4si3F80Q2Nc>. Florianópolis, 04 de maio de 2023.

273